

## **Multilateralismo e regionalismo**

### **Perspectivas para a ordem internacional**

Christoph Bertram<sup>1</sup>

Max Kohnstamm, velho amigo e discípulo de Jean Monnet, conta como, num dos muitos momentos de desespero por que passaram os arquitectos da integração europeia, o grande homem os animava. No início de 1963, o presidente de Gaulle tinha acabado de bloquear a adesão da Grã-Bretanha à Comunidade Europeia, algo que os europeus continentais estavam a preparar há muito tempo (e que tiveram ocasião de lamentar subsequentemente). Monnet, à saída de uma reunião com os seus desiludidos seguidores, riu-se subitamente. Quando lhe perguntaram porquê, respondeu: «Estava a pensar como será difícil para os Estados Unidos da América aceitar a necessidade de partilhar a soberania».

Provou-se que Monnet foi visionário em relação à Europa e esta pequena anedota mostra que a sua receita para a paz e a prosperidade – a integração dos Estados através da partilha da soberania – não era, de forma alguma, desenhada apenas para o Velho Mundo. Este texto argumenta que a sua visão de como os Estados modernos devem interagir para assegurar – para eles próprios e para os outros – um ambiente internacional estável permanece válida: através de um processo institucional para alcançar decisões comuns e demonstrar uma responsabilidade comum, baseado em regras comuns que restringem a soberania de cada um em prol do reforço da soberania comum. A primeira parte analisará porque é que a ordem internacional só pode ser o resultado de uma acção multilateral. Na segunda parte será vista a experiência e a evolução da União Europeia e da sua relação emergente com os Estados Unidos. A terceira parte discutirá os laços entre estruturas de ordem globais e regionais. Finalmente, na quarta parte, serão examinadas as relações entre a União Europeia e outras estruturas regionais emergentes, como o Mercosul.

#### **Um mundo unipolar é um mundo instável**

No novo século que ainda agora começou, destacam-se dois traços: a proliferação de participantes no sistema internacional e a proeminência dos Estados Unidos da América. Esta contradição não pode durar muito tempo. No final, os Estados Unidos verão o seu poder reduzido, enquanto aumentará o poder de outros actores. Isto faz com que seja urgente desenvolver agora o quadro de codeterminação internacional que assegure que o reajustamento do poder internacional não resulte em desordem internacional.

Um mundo unipolar é um mundo instável porque não pode durar. É claro que, como Hélio Jaguaribe correctamente aponta no seu ponderado texto, a ordem internacional pode ser

---

<sup>1</sup> Stiftung Wissenschaft und Politik, Ebenhausen

mantida por um único poder dominante durante algum tempo, o que é capaz de, muitas vezes, ser altamente benéfico para os outros participantes no sistema. É assim que os Estados Unidos, só pela sua presença, asseguram uma paz precária na região mais volátil do mundo, a Ásia; fornecem o quadro de segurança dentro do qual o mundo industrial pode confiar nos fornecimentos de energia do Golfo, encorajam o alastramento de regras internacionais e inibem aqueles que as procuram infringir; promoveram desde o início a integração europeia – o plano Schuman, a invenção de Jean Monnet para iniciar o processo, foi a resposta à pressão dos Estados Unidos para uma política coesa em relação à Alemanha. A passagem da Guerra Fria ao mundo globalizado de hoje não teria sido tão pacífica sem o envolvimento e a liderança americanas.

Mas uma coisa é assinalar as consideráveis vantagens produzidas pela proeminência americana, e outra, muito diferente, é assumir que esse papel é duradouro. A mudança será mais fruto da primazia da política doméstica sobre a política externa nas democracias maduras e do interesse próprio americano do que da emergência de potências rivais

Nos anos da Guerra Fria, a dependência da acção externa dos Estados Unidos nas prioridades dos seus cidadãos teve como símbolo o título de um artigo de uma influente revista da época: *“Will the Balance Balance at Home?”* Mesmo então, quando a maioria dos americanos via a União Soviética como um perigo presente, a vontade dos eleitores para sustentar o fardo de manter e reforçar a Aliança Atlântica não era garantida. Hoje, os custos de manter a ordem internacional *à l’Americaine* são muito menores e, no entanto, os rumores de desconforto são evidentes. As suas manifestações mais óbvias são as crescentes tendências unilateralistas, tão visíveis no comportamento do Congresso, o duplo impacto da nova capacidade de agir isoladamente e a velha relutância em depender de outros. Daí o reflexo de impor sanções económicas àqueles que não obedecem aos desejos americanos; daí a determinação de avançar com o Sistema Anti-Mísseis menosprezando as preocupações que levanta em todo o mundo ou a cegueira com que o Tratado de Interdição de Testes Nucleares foi rejeitado pelo Senado. Esta tendência não é menos pronunciada no campo do comércio e das finanças internacionais. A vontade do Congresso em aumentar o orçamento da defesa, ao mesmo tempo que reduz persistentemente os fundos para actividades internacionais não militares, traduz a impaciência geral com a construção de coligações, por oposição à interdição unilateral.

E no entanto estas tendências, explicáveis e mesmo compreensíveis de uma posição de poder incontestado e incontestável, irão diminuir a supremacia americana. Num mundo globalizado, mesmo a América necessita de parceiros para sustentar os seus interesses. O que implica a necessidade de compromisso com outros que, em termos de poder e de influência, não são seus iguais. Implica também a vontade do público americano para aceitar, no futuro próximo, o fardo da liderança.

De qualquer forma, esta sabedoria de estadista é improvável em qualquer democracia, menos ainda numa tão viva, articulada e dispersa como a dos Estados Unidos. Em vez que construir as estruturas multilaterais do futuro, que podem continuar a assegurar o orgulho e o lugar dos

Estados Unidos, as pressões domésticas, em conjunto com a *hybris* do poder, vão exigir menores investimentos na ordem internacional e menos paciência com os ansiosos parceiros da América. Jean Monnet estava certo quando duvidou da capacidade americana para aceitar a necessidade de partilhar o poder.

Mas no final, isto implicará a perda da proeminência americana. Outros poderes, outros factores, terão então que ser tidos em consideração para garantir que a devida atenção é prestada aos interesses dos Estados Unidos. Tal como para os membros da União Europeia, será o auto-interesse americano que moverá esse grande país na direcção do multilateralismo. Mas vai fazê-lo, no entanto, em condições menos que óptimas, após ter perdido a oportunidade de construir instituições internacionais quando ainda era o poder dominante.

A unipolaridade, mesmo a de tipo largamente benevolente que os Estados Unidos demonstram, não pode durar. As posições de poder nunca podem ser caracterizadas em concreto; mudam, flutuam, sobem e descem. O domínio será, por esta razão, sempre temporário, e ressurgirá a necessidade de encontrar entendimentos com outros. Este tem sido, como é claro, o padrão histórico. Mas o ciclo de crescimento e declínio da influência está a tornar-se mais curto, em resultado da força combinada da democracia interna e da diluição do poder externo. Os cidadãos de uma democracia verão relutantemente as suas forças militares em perigo em conflitos não-essenciais; assim, mesmo o poder militarmente dominante traduz-se mais dificilmente em influência política decisiva. E com o aumento do número de países participantes em actividades internacionais, a capacidade de seguir uma via própria é progressivamente restringida.

Uma vez que o domínio não pode durar, a única alternativa ao caos reside no multilateralismo estruturado: cooperação entre Estados, que as instituições comuns, de acordo com regras comumente aprovadas, tornam previsíveis e confiáveis. Tanto para a criação como para a eficiência dessas instituições, os países necessitam de parceiros com os quais possam formar coligações. A América continuará a ter, durante muito tempo, o potencial para ser o mais efectivo, muitas vezes mesmo o indispensável, arquitecto de coligações. Mas isso implica a procura do «multilateralismo flexível» defendido pelo Presidente Clinton no início do seu mandato, não o unilateralismo arrogante demonstrado pelo Congresso no seu final.

### **A União Europeia**

Iniciada em 1950, criada em 1958, evoluindo da Comunidade Económica Europeia de seis membros para uma União Europeia que brevemente terá trinta, a União conheceu um extraordinário aumento no tamanho, na profundidade e no peso. Provou ser não só o melhor meio de reconciliar a Europa com a Alemanha e a Alemanha com a Europa mas também para estender a estabilidade usufruída pelos seus membros às novas e lutadoras democracias vizinhas, desejosas de a ela aderir. Com a adesão da Finlândia, a União Europeia tem agora uma fronteira de cerca de 1300 quilómetros com a Rússia; quando Chipre entrar, será parte do Médio Oriente; se a Turquia vier a ser membro, a União terá fronteira com o Iraque e com a região do Cáucaso.

Tivesse alguma nação europeia esta expansão, teria causado uma enorme agitação estratégica, e não só no Velho Mundo. Contra-alianças teriam sido criadas para impedir o seu avanço, os maiores rivais teriam tido necessidade de intervir, a turbulência política e mesmo a guerra teriam acompanhado esta ascensão ao domínio continental. A União Europeia teve um impacto radicalmente diferente: provou funcionar como íman para outros países, os Estados Unidos incentivaram o seu crescimento e apoiam o futuro alargamento. Mesmo a notoriamente desconfiada Rússia, que vê a expansão da NATO como ameaça à sua segurança, não parece preocupada com o alargamento da União.

Este é um feito notável, sobretudo quando o movimento para uma maior integração, apesar de não ser linear e por vezes ser de uma lentidão frustrante, persistiu. Apesar da resistência das burocracias nacionais, da sobrecarga das instituições europeias, da indiferença dos políticos, das reservas da opinião pública e do contínuo e exigente processo de alargamento, a transferência de poderes do nível nacional para a União continuou. Hoje, existe não só um mercado interno comum, com uma política comercial comum em relação ao resto do mundo, mas também um sistema comum de leis, com o Tribunal de Justiça Europeu no seu topo, uma moeda comum para a maioria dos seus membros, uma atitude comum de imigração e de vistos, uma associação de políticas externas e política de defesa comum emergente, com um embrião de organização. Por vezes estes avanços foram resultado de iniciativas institucionais, por vezes surgiram do simples hábito do trabalho em conjunto, como no campo dos negócios estrangeiros, onde os governos da União Europeia actuam cada vez mais juntos, apesar da ausência de instituições fortes. Pode-se mesmo ficar com a impressão, por vezes, que o processo de coordenação política se tornou uma segunda pele para a maioria dos burocratas e dos seus chefes políticos.

Tudo isto foi alcançado na ausência de clareza sobre dois aspectos que deveriam ser vitais para qualquer potência internacional: tanto as fronteiras geográficas da União como a sua natureza jurídica final permanecem indefinidas. Alguns poderão argumentar que foi precisamente esta falta de clareza que permitiu que a integração avançasse – como não há um objectivo definido, cada passo dado não compromete quem o dá a um final específico. Mas as desvantagens de um processo muito aberto também estão a começar a ficar claras, particularmente com novos países a aderir ao clube. Enquanto o alargamento for o principal instrumento de política externa, a União não conseguirá desenvolver nenhum outro. E enquanto os Estados membros forem autorizados a evitar um compromisso relativamente à estrutura final do seu edifício comum, também não haverá qualquer compromisso firme para a tornar uma união ainda mais integrada. Substituir a incerteza pela clareza nestes dois domínios será o maior desafio da União na próxima década.

Não é nada evidente que este desafio seja superado. No entanto, o contributo que a União deu e continua a dar à estabilidade e prosperidade europeia não está em causa. É a mais bem sucedida organização regional jamais existente, demonstrando aos seus membros, e aos que a ela desejam aderir, as vantagens de um mercado comum e de políticas comuns, e a compatibilidade do Estado-nação com um sistema de soberania partilhada. Apesar de ter sido

originalmente desenhada para acabar com as guerras europeias, é ainda mais relevante na era da globalização, dando aos seus membros um peso internacional que nenhum deles, nem mesmo os maiores, poderiam alcançar por si sós. Hoje a União é o maior actor internacional a seguir – por vezes mesmo a par – aos Estados Unidos em todas as organizações de relações internacionais económicas e financeiras. É o maior doador de ajuda ao mundo em desenvolvimento e a principal fonte de apoio das Nações Unidas. Mostrou que o regionalismo contribui não só para a respectiva região mas também para o mundo. A própria existência da União reforça o multilateralismo internacional.

A União transformou-se no parceiro óbvio, mesmo indispensável, para os Estados Unidos, caso estes o queiram. Se a União Europeia e os Estados Unidos trabalharem um contra o outro, a ordem internacional não se desenvolverá. Esta, e não a preocupação comum quanto à segurança, é actualmente a justificação central da parceria transatlântica. Assim, o sucesso da União implica um novo relacionamento com a potência que estava presente e requis a sua criação, os Estados Unidos da América.

Desde o início que os Estados Unidos ajudaram a integração europeia. A razão estratégica desta ajuda foi o interesse americano numa Europa Ocidental estável – a integração era a melhor forma de trazer a Alemanha para o campo Ocidental, de uma forma aceitável para os aliados europeus da América; hoje é a melhor via para a estabilidade do continente. Democratas ou Republicanas, as administrações americanas nunca fraquejaram no apoio à unificação económica da Europa. Censuraram a Grã-Bretanha quando esta se tentou desalinhar e, depois, quando tentou abrandar a construção da Comunidade. Estabeleceram um diálogo regular com a União que, apesar de não funcionar muito bem, simboliza, no mínimo, um estatuto de igualdade. Apoiaram o alargamento, mesmo se isso implica a extensão dos seus compromissos de segurança. Mesmo se sempre houve uma grande dose de impaciência relativamente à estranha forma como os governos europeus coordenam as políticas entre si, a existência e o sucesso da integração europeia é vista como um importante sucesso da política europeia dos Estados Unidos.

Se ultimamente têm começado a aparecer algumas brechas neste consenso, é porque a União começou a mover-se na direcção de uma defesa comum e, o que ainda é pior na perspectiva americana, de uma organização de defesa da qual os Estados Unidos não fazem parte. Apesar de aceitarem, em princípio, o compromisso acordado em 1999 pelos governos da União na Cimeira de Helsínquia para a criação de uma grande força militar de intervenção em crises – que implicará mais que o dobro das forças actualmente disponibilizadas pelos Estados da União que são membros da NATO – as implicações organizacionais são vistas como potencialmente perigosas para a posição dos Estados Unidos na Europa.

Esta posição é, obviamente, compreensível. Se os planos europeus se materializarem – e este é ainda um grande «se» – vão seguramente prejudicar o que tem sido o melhor e mais elegante instrumento de influência americana sobre acontecimentos europeus, o Tratado da Organização do Atlântico Norte. A NATO é o único compromisso de segurança multilateral em que os Estados Unidos participam, e mesmo depois do desaparecimento da ameaça soviética,

que presidiu à sua criação, a relevância e a utilidade da organização na coordenação das políticas de segurança europeias com a dos Estados Unidos manteve-se e até aumentou; quando houve uma ameaça directa comum, a coordenação aconteceu em resultado de um medo comum e não de uma instituição comum. Agora que o medo desapareceu, a instituição tornou-se indispensável. Mais, ao abrir as suas portas, pelo menos até certo ponto, às lutadoras democracias nas fronteiras ocidentais da Rússia, a NATO continua a ser um importante estabilizador, graças ao envolvimento dos Estados Unidos.

Ao reconhecer os méritos da NATO, no entanto, não se devem esconder as suas deficiências. O problema é que é a única organização transatlântica formal, o que não criava nenhum problema enquanto a segurança era a preocupação dominante, e a cooperação militar a melhor forma de lhe dar resposta. Com o fim da Guerra Fria, porém, outras preocupações emergiram, muitas das quais na fronteira entre política interna e externa, a maioria das quais com impacto directo nas condições internas e sociais dos países na NATO nos dois lados do Atlântico. Os parceiros atlânticos têm assim uma instituição que lida com desafios menos prementes e nenhuma que responda aos desafios que mais os preocupam. Se os europeus devem agora fazer da defesa uma questão da sua própria integração, isto conduzirá a uma redução ainda maior do papel da NATO e, com ela, do único quadro no qual os Estados Unidos detêm a liderança e através do qual permanecem um actor *bona fide* na política europeia.

A longo prazo, esta situação sugere uma nova arquitectura transatlântica na qual a NATO seja apenas uma de diversas instituições comuns que se dediquem à agenda atlântica e que permitam à América e à União Europeia desenvolver a sua estratégia e coordenar os seus esforços de promoção da ordem internacional. Nessas instituições, a Europa gozará de um estatuto de igualdade não só formal mas material, o que constitui idêntico desafio para europeus e americanos. Interinamente, no entanto, é provável que a irritação aumente, com uma diferente visão sobre questões de segurança a juntar-se às diferenças sobre comércio, valores sociais e cultura. Como Jean Monnet previu, será necessária uma dose considerável de posições de verdadeiros estadistas, dos dois lados do Atlântico, para canalizar essas irritações para um novo esquema de parceria transatlântica.

### **Regionalismo e globalismo**

A União Europeia é a mais bem sucedida organização regional no mundo actual. Apesar disso, não se transformou num artigo exportável. Noutros locais ocorreram tentativas de cooperação regional mas todas pararam por falta de transferência de poderes de soberania para uma estrutura comum, o que é a imagem de marca da União Europeia – bem como uma, senão mesmo a maior, condição para os seus resultados. Também é, como é óbvio, um resultado alcançado depois de séculos de guerra e destruição; mas se tal for pré-condição para a sua criação noutros locais, não é seguramente um exemplo a seguir.

E, mesmo assim, o mundo globalizado juntou o seu próprio peso aos argumentos a favor de agrupamentos regionais. Por um lado, trouxe para a luz um impressionante conjunto de novas

regulações globais: a OMC, o Tribunal Penal Internacional, a reafirmação do regime de Não-Proliferação através do prolongamento infinito da Não-Proliferação bem como o Tratado de Interdição de Ensaios Nucleares— para mencionar só alguns exemplos recentes. Está claramente em marcha um processo de criação de regras globais.

Ao mesmo tempo, as regiões emergiram enquanto entidades próprias, o que é também uma consequência do fim da Guerra Fria. Então, cada parte do mundo era um peão no xadrez da rivalidade Leste-Oeste. O que aconteceu em Cuba levou à mais perigosa crise entre as superpotências da Guerra Fria, os acontecimentos na Coreia, no Vietname, em Angola ou na Nicarágua foram elevados à categoria de desafios ao sistema no seu todo. Hoje, a prolongada guerra nos Balcãs, os intermináveis conflitos em África, os confrontos no Cáucaso são questões separadas, eventos isolados e nunca vistos como ameaças ao sistema. Nem sequer é certo que um incidente nuclear entre, digamos, a Índia e o Paquistão fosse visto como um desastre global. As regiões estão sozinhas e já não são apoiadas como parte de uma racionalidade estratégica global.

Neste sentido, regras globais não produzem ordem global. Requerem, para terem autoridade, o suporte de estruturas regionais funcionais. O significado de circunstâncias regionais para as regras globais é óbvio quando se olha para questões como o controlo de armamento e os acordos comerciais. As causas da proliferação nuclear, por exemplo, são regionais – como o testemunham os presentes desenvolvimentos no Sudeste Asiático e no Médio Oriente ou as tentativas passadas na América do Sul. Daí que as barreiras à proliferação também tenham que ser erigidas a nível regional para permitirem o funcionamento das regras globais.

Também nas relações comerciais e económicas não pode ser subestimada a contribuição de acordos regionais bem sucedidos. Na maioria dos casos, sejam quais forem as regras a acordar entre os Estados signatários, a tarefa de as por em prática e de as desenvolver é confiada a um secretariado ou a uma organização similar, com reuniões ministeriais regulares. Este facto deveria constituir um encorajamento a países com interesses e preocupações similares para se agruparem em busca de maior impacto, e a região é normalmente o quadro mais adequado para esse fim. A formação de regras globais não resulta de uma ordem, nem mesmo de uma superpotência, mas da convergência de coligações de Estados, pelo que a gestão de acordos internacionais requer invariavelmente iniciativa e envolvimento regionais.

Como as regras globais necessitam de apoio regional, também a cooperação regional, por seu lado, é a melhor resposta à globalização. Uma interacção económica de sucesso, num contexto regional, torna os países menos dependentes do funcionamento efectivo das regras globais. Se as relações de segurança regionais são estáveis, é menos provável que instabilidade noutros locais se transforme em problema para os parceiros regionais. Se o comércio entre os países participantes é intenso, a dependência relativamente à existência de um regime global é menos pronunciada. A globalização requer a regionalização e a regionalização é a condição para colher os frutos e reduzir os custos da globalização. Mais, só as regiões podem desenvolver a estreita rede de integração e nunca as organizações globais.

Não há, assim, actualmente, alternativa à integração regional. Mas dar o passo do reconhecimento à implementação não é fácil. Enquanto o modelo da União Europeia pode não ser transferível para outras partes do mundo, com diferentes tradições, afinidades culturais e *standards* económicos, não deixa de tornar claro que a mera decisão dos Estados de uma região para realizar acções conjuntas não chega. Se as condições económicas são muito díspares, nenhuma declaração de unidade durará. Se os valores políticos são incompatíveis, os mercados comuns não vingarão.

De facto, a lição da integração europeia sugere que, como uma espécie de cancro positivo, uma vez que os países entrem na via da integração, as áreas e temas afectados multiplicam-se. No início da experiência europeia, era suficiente submeter as reservas de carvão e aço a orientações comuns; hoje, como as sanções contra a Áustria demonstraram, a ideologia de um partido político de um qualquer país (particularmente se for pequeno) já não está a salvo da interferência dos membros da União. É verdade que um determinado número de Estados membros tentaram repetidamente parar a integração em certos níveis, deixando os restantes como domínios exclusivos da tomada de decisão nacional. Estas tentativas, mesmo que resultem temporariamente, nunca duraram muito. A integração gera mais integração. A decisão de participar num processo de regionalismo efectivo é, desta forma, portentosa. Não admira que governos de outras regiões, fora da Europa, tenham geralmente pensado que era demasiado exigente.

### **A União Europeia e o Mercosul**

De uma maneira geral, a União Europeia tem considerado mais fácil estabelecer relações com órgãos regionais do que com Estados individuais. Tem uma preferência implícita por entidades regionais capazes de actuar pelos seus membros e suficientemente eficientes para implementar acordos. Para além de que esta preferência vai ao encontro do conceito multilateralista das relações internacionais da União Europeia.

Assim, é a coesão interna, e não a capacidade de «formular uma política externa», como sugere Hélio Jaguaribe, que mais conta, e provavelmente não só para a União Europeia mas também para outros parceiros do Mercosul. A importância central das estruturas regionais para a ordem internacional é a sua existência e o seu funcionamento efectivo, e não a sua capacidade para formular uma política externa. Esta também é, incidentalmente, a condição central para a manutenção do apoio popular dentro dos Estados membros. Sempre que as instituições europeias conseguiram promover a integração interna, a sua autoridade aumentou e sempre que sofreram obstruções provocadas por rivalidades nacionais ou por ineficiências administrativas ou de tomada de decisão, o apoio dos cidadãos declinou drasticamente. A necessidade de uma política externa comum da União Europeia resulta do facto de os governos dos Estados membros encontrarem cada vez mais dificuldades para reunir os meios que possibilitem uma política externa própria; é uma adição e não o primeiro ou segundo passo. Na verdade, a União Europeia tem sido um actor internacional, muito antes dos seus ainda modestos passos para desenvolver uma política externa comum, pois a política

comercial, a mais visível manifestação internacional de um agrupamento económico regional, foi confiada, desde o início, à Comissão Europeia.

Na integração regional, portanto, a coesão interna é mais importante que a capacidade de «falar a uma só voz» com o mundo exterior; a credibilidade desta dependerá daquela, e não o contrário. É precisamente a este respeito que parecem surgir os maiores desafios para o Mercosul, que decorrem não somente de diferentes graus de desenvolvimento económico mas, e fundamentalmente, da diferente evolução política e social. Partilham todos os membros o mesmo compromisso para com a democracia? Serão capazes de resistir à corrente vaga de governos mais autoritários que é visível nalgumas zonas da América Latina? Podem os desfavorecidos convencer-se das vantagens da integração regional? Pode cada país confiar que os outros darão aos interesses comuns prioridade sobre os seus interesses nacionais, que respeitarão regras comuns mesmo quando elas, em circunstâncias particulares, lhes são desfavoráveis?

A estas questões não é possível responder nem mesmo com a citação do mais impressionante crescimento do comércio regional ou de qualquer outra estatística económica. São do domínio da estabilidade dos sistemas políticos e das perspectivas da compatibilidade entre cada um deles. Apesar de a União Europeia gostar de trabalhar com um Mercosul efectivo, manterá a sua distância se existirem dúvidas quanto a estas questões fundamentais.

Os europeus foram, claramente, afortunados. Quando iniciaram a integração, estavam moderados por uma guerra terrível, protegidos pelos Estados Unidos e, graças à derrota da Alemanha de Hitler, firmemente comprometidos com os princípios e valores democráticos. A força motriz para que se reunissem foi o compromisso de não regressar ao passado.

Outras partes do mundo terão que criar estruturas regionais com muito menos ajuda de forças exteriores. A sua integração não resultará da integração do passado mas da esperança de sobreviver e prosperar nas turbulências da globalização. Só o tempo dirá se esses motivos são suficientemente poderosos para ultrapassar os inúmeros obstáculos à unidade regional.